



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DO ESTADO DA PARAÍBA

CASA DE EPITÁCIO PESSOA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

AUTÓGRAFO Nº 772/2024

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 20/2024

AUTORIA: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

**Altera dispositivo da Lei Complementar nº 96,
de 03 de dezembro de 2010, dispondo sobre a
reestruturação do segundo grau de jurisdição
do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA DECRETA:

Art. 1º O *caput* do art. 4º da Lei Complementar nº 96, 03 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 26 (vinte e seis) desembargadores, sendo presidido por um deles, e tem sua competência disposta na Constituição Federal (art. 125, § 1º), na Constituição do Estado e na legislação infraconstitucional.”.

Art. 2º Ficam criados na Estrutura do Tribunal de Justiça da Paraíba:

- I – 7 (sete) cargos de desembargador, símbolo PJ-4;
- II – 7 (sete) cargos de chefe de gabinete, de provimento em comissão, símbolo CGS-01;
- III – 14 (quatorze) cargos de assessor de gabinete, de provimento em comissão, símbolo CAS-01;
- IV – 35 (trinta e cinco) cargos de assistente jurídico, de provimento em comissão, símbolo CAS-01.

Parágrafo único. A instalação dos gabinetes dos desembargadores previstos neste artigo fica condicionada à edição de Ato da Presidência do Tribunal de Justiça.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão custeadas com recursos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado da Paraíba.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba, “**Casa de Epitácio Pessoa**”, João Pessoa, 30 de abril de 2024.


ADRIANO GALDINO
Presidente